



Autoria e resistência negra na ditadura civil-militar no Brasil

Black authorship and resistance in the the civil-military dictatorship in Brazil

Ana Laura Horbach¹

Resumo: Este trabalho pretende evidenciar as ações culturais e literárias do povo negro ocorridas durante a década de 1970, em plena ditadura civil-militar, e os desdobramentos dos debates políticos sobre a questão racial no campo literário, principalmente no tangente à problemática da autoria negra na história da literatura brasileira, que passa a ser questionada e reivindicada naquele período. Apesar da vigência de mecanismos de censura, repressão e vigilância, a distensão política do governo Geisel (1974-1979) inaugurou um novo momento no regime que possibilitou a reorganização das forças políticas, sociais e culturais da população negra, anteriormente censuradas pelo AI-5 na década de 1960. A organização do Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), a difusão dos bailes black nas periferias, a reorganização da imprensa negra, a publicação da primeira edição dos *Cadernos Negros* (1978) e a organização de tendências políticas de esquerda que tinham como pauta a centralidade da luta racial internacional, a exemplo da coluna *Afro-Latino-América* (1977-1979), são alguns exemplos da efervescência política e cultural da negritude que se assume como sujeito político e denuncia o racismo presente na sociedade brasileira.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; movimento negro; literatura brasileira;

Abstract: This article aims at highlighting the cultural and literary actions of the black people that occurred during the 1970s, in the military dictatorship, and the consequences of political debates on the question of the black in the literary field, mainly in relation to the question of black authorship in the history of Brazilian literature, which is questioned and claimed in that period. Despite the existence of censorship, repression and surveillance mechanisms, the political distension of the Geisel government (1974 - 1979) inaugurated a new period in the regime that made possible the reorganization of the political, social and cultural forces of the black population, previously censored by the AI-5 in the 1960s. The organization of the Negro Unified Against Racial Discrimination (MNU), the spread of “bailes black” in the peripheries, the reorganization of the black press, the publication of the first edition of *Cadernos Negros* (1978) and the organization of political trends in left, whose main focus was the international racial struggle, such as the *Afro-Latin-America* column (1977-1979), are some examples of the political and cultural effervescence of blackness that is assumed as a political subject and denounces the racism present in society Brazilian.

Keywords: civil-military dictatorship; black movement; brazilian literature;

*Nos pés tenho ainda correntes,
nas mãos ainda levo algemas
e no pescoço gargalheira,
na alma um pouco de banzo
mas antes que ele me tome,
quebro tudo, me sumo na noite
da cor de minha pele,
me embrenho no mato
dos pelos do corpo,
nado no rio longo
do sangue, vôo nas asas negras*

¹ Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



*da alma, regrido na floresta
dos séculos, encontro meus irmãos,
é Palmar, estou salvo!*²

Antes do golpe militar de 1964, o debate sobre a questão racial tomava fôlego e os movimentos negros se realinhavam, cada vez mais, para uma perspectiva classista sobre o problema do negro no Brasil. Em diversas partes do território, organizavam-se agrupamentos negros, sendo o Teatro Experimental do Negro (TEN), sob a liderança de Abdias do Nascimento, que atuava não apenas na formação de atores negros para o teatro - algo inédito na época devido à proibição de atores negros nos palcos e o uso da prática de *black face* -, mas também na defesa de agenda política antidiscriminatória e na promoção da alfabetização e profissionalização da comunidade negra (DOMINGUES, 2007), uma das mais importantes do período. Essa agrupação teve ecos no conjunto da intelectualidade brasileira, quando o professor uspiano Florestan Fernandes, muito influenciado pelo TEN, refazia os caminhos da sociologia brasileira sobre papel do negro no Brasil, refutando o mito de democracia racial e publicando, um ano após o golpe, *A integração do negro à sociedade de classes* (1965) e, antes disso, *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo* (1955). Junto a ele, o seu colega de profissão e jornalista negro Clóvis Moura iniciava a sua carreira intelectual com a publicação *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (1959), obra que discorria sobre as formas históricas de resistência negra ocorridas ao longo de séculos de escravidão. Na historiografia, o jovem Joel Rufino dos Santos, em conjunto com outros historiadores, lançava-se à ambiciosa empreitada de revisar a História do Brasil a partir de uma ótica racializada e classista que desembocou na escrita da série didática *Nova História Crítica do Brasil* (1963), posteriormente censurada e atualmente esquecida. Todos esses trabalhos tinham um ponto em comum: explicitar as desigualdades de raça e classe que atravessavam toda a sociedade brasileira:

Os negros formam no Brasil, proporcionalmente, o contingente maior dos despossuídos e indigentes. Concentra-se, sintomaticamente, sobre eles toda a sorte de estereótipos que estigmatizam a pobreza. É como se defeitos e incapacidades, supostamente eternos e

² *Poema sobre palmares*, de Oliveira Silveira. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/852-oliveira-silveira-poema-sobre-palmares>. Acesso em: 14 de mar 2020.



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>
V. 17, n.1 – 2020
Dossiê Literatura, Raça e Etnia

originais, que compõem nossa reserva inconsciente de autoflagelos tivessem, por infelicidade, se concentrado na população negra (SANTOS, 1963, p. 3)

Rechaçava-se a versão da história oficial que, baseada na Lei Áurea, não compreendia o processo social envolvido na sua promulgação e as consequências sociais, econômicas e de preconceito racial históricos oriundos da escravização de povos negros. Nessa perspectiva, a abolição, tal como foi feita pelas mãos da monarquia, foi um processo responsivo à grande mobilização dos movimentos abolicionistas para refrear a “radicalidade” de certas parcelas desses movimentos. A Lei de 88 não representou a libertação do povo negro, mas uma continuidade da sua subordinação. Despossuídos de propriedade, eram os negros os mais pobres, mais marginalizados, mais discriminados: não existia e nunca existiu democracia racial no Brasil.

Os ecos desse debate encontraram espaço no campo cultural e literário. Eram inúmeras as publicações periódicas da chamada “imprensa negra”, com destaque para *Notícias do Ébano*, que começa a ser publicado em 1957 em São Paulo, e *A Voz da Negritude*, publicada em 1952 no Rio de Janeiro. Esta última é oriunda da organização União Homens de Cor, criada em 1943, em Porto Alegre, que é uma organização recreativa (GONZALEZ, 1982, p. 21-22), oposto ao tipo de associação cultural e mais politicamente engajada como a já citada TEN de Abdias, mas que reflete a diversidade de organizações de movimentos negros daquele período. Na literatura, talvez o exemplo mais conhecido seja a obra do poeta Solano Trindade (1908-1974), que àquele momento publicava o livro de poemas *Cantares do meu povo* (1963), obra voltada para a valorização da negritude e para a denúncia do racismo existente na sociedade brasileira alinhada a uma perspectiva de classe, como se pode perceber nos versos “Eu canto aos Palmares/ odiando opressores de todos os povos/ de todas as raças/ de mão fechada/ contra todas as tiranias!”, do poema *Canto do Palmares*. Vale lembrar que a novidade literária presente em Solano não consiste apenas em referenciar as tradições africanas, a travessia transatlântica e o suplício da escravidão, marcas também presentes - em maior ou menor medida - na literatura de autoria negra de séculos anteriores, a exemplo de autores como Caldas Barbosa, Luiz Gama e Maria Firmina dos Reis, mas



principalmente em seu engajamento político contra a exploração de todos homens e a reafirmação da esperança de um mundo melhor. Como afirmou o pesquisador Eduardo de Assis Duarte, em artigo recente para o *Suplemento Pernambuco* (2018), os seus versos revelam “a literatura como “missão”, colocando a sua voz “a serviço da causa negra – contra o racismo e pela aquisição da cidadania plena” (p. 14). Junto a Solano também está a poesia de Lino Guedes e Aloísio Rezende, ambos apagados pela crítica e pela “febre modernista”. Esses cumpriram um papel fundamental na literatura porque, ao contrário das visões estereotipadas do negro na literatura brasileira de autoria branca produzida naquele período, revelavam as heranças africanas e a figura do negro, em especial a prática de terreiro, como resistência cultural, representando-as de forma positivada. Num período em que os ecos das ideias eugenistas ressoavam fortemente no mundo pós-Segunda Guerra, inclusive cooptando alguns setores do movimento negro que eram alinhados ao governo de Vargas, essa poesia era necessária. A partir desse momento, a rememoração do passado de escravidão e a ancestralidade africana passam a serem eixos da literatura de autoria negra:

Já Lino Guedes, ignorado pelas histórias da literatura brasileira apesar dos treze livros publicados, alerta seus leitores no momento em que muitos afro-brasileiros vinham sendo cooptados pelo integralismo fascista de Plínio Salgado: “negro preto cor da noite / nunca te esqueças do açoite / que cruciou tua raça.” (1936, p. 34). Essa *presença do passado* irá se constituir num dos eixos centrais da literatura negra ou afro-brasileira. A memória não apenas das lutas, mas também das práticas religiosas e outras formas de resistência cultural dá o tom da poesia de Aloísio Resende, em que os rituais dos terreiros ganham feição poética e isto num tempo fortemente marcado pelos ideais eugenistas difundidos pelo nazismo. (ASSIS, 2013, p. 150)

Embora nem todos os movimentos sociais e culturais do povo negro estivessem diretamente relacionados a uma atuação política de esquerda³, o golpe de 1964 representou uma derrota para para o debate racial e para o ativismo negro até mesmo na sua face mais moderada: “o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que

³ O movimento negro anterior ao golpe sofria represálias tanto da direita quanto da esquerda. Um dos exemplos dessa tensão é o comentário feito por Domingues (2007) sobre o voto contrário do Partido Comunista Brasileiro ao projeto de lei contra a discriminação racial apresentado por um deputado da UDN, na qual o autor afirma que “para o PCB, as reivindicações específicas dos negros eram um equívoco, pois dividiam a luta dos trabalhadores e, por conseguinte, represavam a marcha da revolução socialista no país. Como resultado, o movimento negro ficou praticamente abandonado por décadas, inclusive pelos setores políticos mais progressistas.”



supostamente não existia, o racismo no Brasil. (DOMINGUES, 2007, p. 111). Incitar debates sobre a questão racial era criar um problema que não existe e, de acordo com o AI-5, era um crime de subversão. Como afirma KÖSSLING (2007), “os movimentos negros que nesse período articulavam protestos contra o racismo torna-se-iam obstáculos à “integração nacional” e ameaçariam a “paz social”, ao desnudar a “desintegração” da sociedade brasileira.” (2007, p. 21). O golpe reprimiu sistematicamente não apenas os movimentos que tinham uma militância política ativa sobre a questão negra no Brasil, mas também os que pautaram o debate racial. Como aponta SKIDMORE (1994),

A demissão por motivos políticos de Fernandes, Cardoso e Ianni da Universidade de São Paulo em 1968 impediu o prosseguimento das pesquisas. E, indubitavelmente, a nuvem de repressão imposta pelos militares após 1968 tornou a pesquisa de campo sobre relações raciais virtualmente impossível. Não só a rubrica raça foi omitida no censo de 1970, mas sobretudo a censura governamental impediu toda e qualquer crítica à imagem da democracia racial brasileira. (SKIDMORE, 1994, p. 163)

Assim, o regime militar tratou de difundir, a partir da sua propaganda oficial, o mito da democracia racial e a ideia de um país harmônico, na qual os negros fossem plenamente integrados à sociedade brasileira: “Visando sustentar o discurso da harmonia racial e social do Brasil, a política exterior do regime militar em relação à África explorava retoricamente que o Brasil era uma “democracia racial” e exaltava as origens africanas da cultura brasileira”. (KÖSSLING, 2007, p. 42). Para assegurar esse discurso hegemônico, os governos militares trataram de cooptar algumas organizações culturais próprias da população negra, tratando de esvaziar o seu significado político de enfrentamento ao racismo, como foi o caso do carnaval de avenida. Lélia González (1982) afirma que o golpe desarticulou as “elites intelectuais negras” e promoveu um “processo de integração de entidades de massa numa perspectiva capitalista, de outro. As escolas de samba, por exemplo, cada vez mais, vão se transformando em empresas da indústria turística.” (p. 27). Em síntese, o primeiro período da ditadura militar, de 1964 até 1976, tratou de cimentar as bases repressivas e discursivas para limar os movimentos tanto sociais quanto acadêmicos que discutiam e enfrentavam o racismo no Brasil.



Ao passo que a década de 1970 também é constante lembrada pelas perseguições, restrições de liberdades democráticas, torturas e assassinatos promovidas pelo Estado, a exemplo do caso Herzog, a segunda metade dessa década foi, contraditoriamente, também marco temporal da organização do movimento negro contemporâneo no Brasil. A atmosfera hermética e sufocante instaurada por cinco governos militares ao longo de 21 anos não impediu que, naquele momento, os sujeitos que não pereceram à violência do regime militar realizassem outras formas de resistência cultural e política para além dos antigos Centros Populares de Cultura (CPCs) e das agrupações políticas de esquerda marxista. Os projetos de reformas aprovados pelo regime militar, como o fim das leis de pluripartidarismo, a revogação do Ato Institucional nº 5 e as promessas de anistia, foram uma brecha necessária para a organização política e social de diversos setores da sociedade, principalmente nos sindicatos, nas agremiações estudantis e no movimento popular. Para além desses fatos nacionais, o momento era de efervescência política e cultural a nível internacional: era tempo de autodeterminação de povos e luta pela libertação das colônias na África e, no mundo todo, o eco da luta pelos direitos civis da década de 1960 havia deixado uma das suas marcas irreversíveis: a reafirmação da identidade negra.

Entravam na órbita intelectual os escritos dos martinicanos Aimé Césaire e Franz Fanon, que debatiam, ademais da estrutura econômica da opressão racial, as consequências do racismo na construção da identidade dos sujeitos negros, pautando a necessidade da reafirmação positiva da negritude. O debate sobre a discriminação racial não era apenas alheio, estrutural: as subjetividades também eram moldadas a partir dessa diferença racial. A compreensão de que o sistema de dominação racista não serviu apenas para a manutenção da ordem escravocrata, mas era constitutivo do capitalismo a nível mundial, alinhava as lutas pela libertação de todos os negros do mundo. Reconhecer-se e afirmar-se negro, naquele momento, passou a ser um ato político. Estética e política estavam irremediavelmente ligadas à formação das subjetividades. Um dos desdobramentos desse momento foi a explosão do da *soul music* e da cultura “black power” no Brasil. Nas periferias do Rio de Janeiro e de São Paulo, a difusão dos *baiiles black* realizados promoveu um encontro único entre diferentes setores da



população negra: trabalhadores, estudantes, intelectuais e artistas encontravam-se na sua negritude e, a partir dali, organizaram-se politicamente na luta contra a discriminação racial. Os bailes black eram, também, politização:

“Interessante notar que o “soul” foi um dos berços do movimento negro do Rio, uma vez que a moçada que ia aos bailes não era apenas constituída de trabalhadores, mas de estudantes secundários e universitários também. O fato é que a negrada jovem da Zona Norte e da Zona Sul começou a se cruzar nesses bailes, que reuniam milhares de pessoas, todas negras. O fenômeno também se estenderia para São Paulo; e se a gente pega um dos números do *Jornegro* (Ano I, nº 2, maio de 1978) a gente vê uma coisa, e isto é essencial, ela não é alienada: todos afirmam, porque o vivenciam no seu cotidiano, a existência do racismo em suas práticas. Vale notar que a reação do grande público, em face do soul, foi de surpresa e temor (mas a polícia sempre esteve lá para garantir a ordem); enquanto isso, a intelectualidade progressista acusava-o de alienação, dizendo que crioulo tinha mais é que sambar... (GONZÁLEZ, 1982, p. 33)

Apesar de que a difusão da black music no Brasil tenha gerado uma série de reações positivas na população negra, atuando, inclusive, como uma ferramenta organizativa, a sua massificação gerou reações contrárias de muitos setores progressistas. A esquerda nacionalista denunciava o “perigo” da presença da música estadunidense em solo brasileiro e a acusava de despolitizada. Os movimentos negros, mais uma vez, eram vistos de forma pejorativa, e o contato com as ideias e práticas culturais estadunidenses era julgada nociva (KÖSSLING, p. 157). O que esses setores não entendiam - e até hoje não entendem - é que as formas organizativas de atuação política da negritude são complexas e atuam principalmente em duas frentes: uma na luta relacionada às questões da exploração capitalista, como a desigualdade salarial, a pobreza, a marginalização e o desemprego; e outra que reflete a opressão racial e atua na denúncia do racismo contra os corpos negros, que valoriza a sua cultura e a sua herança africana, e que luta pela sua liberdade de culto religioso e pela sua reafirmação a estética.

Apesar da desconfiança e do descrédito desses movimentos, a efervescência cultural motivou a construção de um dos maiores marcos daquele momento: a organização política do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, conhecido pela sigla MNU, em 1978. A ideia de formar um movimento negro a nível nacional como a Frente Negra Brasileira (FNB) da década de 1930, politicamente ativa e atuante, já era pensada em alguns círculos intelectuais. Porém, a sua efetivação só



aconteceu quando trabalhador negro Robson Silveira da Luz foi assassinado pela polícia militar em decorrência de sessões de tortura. A tortura, prática desumana amplamente difundida no Brasil desde o período da escravidão, não era exclusiva a militantes políticos de esquerda: era a realidade cotidiana dos negros no país. Os movimentos compreenderam que, apesar das suas diferenças, era preciso se organizar para combater o racismo. A Carta Aberta à População, escrita pelo MNU na ocasião do 7 de julho, dia do lançamento do movimento em São Paulo, expressa a denúncia contra a violência sistêmica ocorrida contra a comunidade negra:

Pais de família desempregados, filhos desamparados, sem assistência médica, sem condições de proteção familiar, sem escola e sem futuro. E é este racismo coletivo, este racismo institucionalizado que dá origem a todo tipo de violência contra um povo inteiro. É este racismo institucionalizado que dá origem a todo tipo de violência policial que se abateu sobre Robson Silveira da Luz, assassinado no 44º Distrito Policial de Guaianazes, onde este negro, trabalhador, pai de família, foi torturado até a morte. No dia 1º de julho, Nilton Lourenço, mais um negro operário foi assassinado no bairro da Lapa, revoltando a comunidade e a população em geral. Casos como este são rotina em nosso país que se diz democrático. (1978 apud GONZALEZ, 1982, p. 76)

Após os negros terem sido levados a uma “semiclandestinidade isolada das organizações propriamente clandestinas” (p. 30) - já que a maioria dos grupos políticos de esquerda não tinham entre os seus quadros militantes negros e, no regime militar, as agrupações da negritude não tiveram espaço de organização para o debate da questão racial no período anterior -, a luta dos povos negros a nível internacional recolocava o debate racial no centro dos debates políticos e estimulava o reencontro desse segmento da sociedade com a sua identidade e suas formas de organização no Brasil. A segunda metade da década de 1970 foi, portanto, o marco do ressurgimento do debate das relações raciais e da denúncia do racismo no Brasil.

Àquela altura, o governo militar não pôde mais esconder-se dentro da sua retórica de “democracia racial”, principalmente após a divulgação dos dados que explicitavam a imensa desigualdade de renda entre brancos e negros demonstradas no PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1976, quando, após muitos anos de regime, raça voltou a figurar no questionário do censo. Como comenta SKIDMORE (1994), “os resultados mostraram que, inconfundivelmente, a raça era uma variável independente na determinação dos modos de vida. De repente, todas as



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>
V. 17, n.1 – 2020
Dossiê Literatura, Raça e Etnia

generalizações anteriores sobre relações raciais tinham se tornado obsoletas.” (p. 166). Como reflexo desse contexto, o MNU não era um movimento político qualquer: era um movimento amplo que aglutinava, em um mesmo espaço, movimentos negros de arte e de cultura de todas as partes do Brasil, como a Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira e o Zimbabwe Soul, e também político-partidários, como a coluna Afro-Latino-América, do jornal da “imprensa nanica” *Versus*, agrupados pela mesma necessidade de lutar pelo seu reconhecimento e combater o racismo. Assim como a FNB, o MNU organizava diferentes tendências de pensamento sobre a questão racial no Brasil através de um programa político contra todas as formas de discriminação racial.

Dentre todos os movimentos que assinaram o seu manifesto de fundação do MNU, o Afro-Latino-América era o mais expressivo dentre os que mantinham relações estreitas com organizações de esquerda marxista, neste caso o grupo trotskista Convergência Socialista. Não é um detalhe que, naquele momento, o marxismo também era enegrecido, diferentemente do período anterior, quando as agrupações políticas tradicionais da esquerda marxista sobrepunham a categoria de classe à categoria de raça, relegando a elas um debate menor nas elaborações político-partidárias. Branco e negro, na década de 1960, faziam parte do mesmo “povo brasileiro”, sem nenhuma especificidade que não a de classe. Com a emergência do “afromarxismo”, as elaborações sobre raça e classe passam a fazer parte da pauta do dia das tendências da esquerda internacionalista que, ao contrário da esquerda nacionalista da década de 1930, não tão eram resistentes às diferentes formas de organização do povo negro. Felizmente, aquele tempo assentou as bases para enegrecer a história, os processos sociais, a atuação política, a arte e a cultura.

A consciência racial àquele momento era tanta, que o próprio uso do conceito “afro-latino-américa” como nome de grupo político e coluna de jornal, em oposição à nomenclatura América Latina ou do hispânico Latinoamérica, refletia uma mudança de paradigma histórico. Se, durante todo o século XIX as antigas colônias se “libertavam” dos colonizadores europeus sob a bandeira da unidade da América Latina, na atualidade essas lutas por libertação eram questionadas, pois não representava uma libertação para ninguém além da classe proprietária “criolla”, de maioria étnica branca. Os negros,



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>
V. 17, n.1 – 2020
Dossiê Literatura, Raça e Etnia

dentro do conceito dual de América Latina, foram relegados subalternidade e o apagamento identitário: era preciso enegrecê-lo. Como afirma SOMMER (2018),

A identidade afrodescendente é pelo menos tripla, comparada à dualidade dos retóricos crioulos. Acrescentar a África complica a já estonteante alternância entre o ibérico e o americano, inserindo um traço arquitetônico inesperado na “Cidade das Letras”, que os estudiosos da literatura tinham imaginado completa, mas que agora precisa ser redesenhada. Acrescentar esse traço extra demonstra que o conjunto da estrutura está vulnerável a outros elementos possíveis e não solicitados, que precisam entrar no diagrama do hemisfério ocidental. O desenho padrão não tinha deixado muito espaço para nomes de nações africanas específicas, ou suas línguas ou suas mentalidades, por exemplo, ou para movimentos desestabilizadores dentre múltiplos elementos de identidade. (p. 378)

Na especificidade brasileira, mesmo que a narrativa freyriana de democracia reconhecesse a formação da cultura brasileira como um “trinômio”, esse mito diminuía a importância da África como um componente cultural e embranquecia a identidade negra sob o argumento “somos todos mestiços”. Por esse motivo, uma das grandes bandeiras de luta dos movimentos foi a ressignificação da sua representação e a recuperação de seus símbolos históricos de resistência contra a ordem escravocrata, como o quilombo Palmares e a figura de Zumbi. A reivindicação pela institucionalização do 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, em oposição ao 13 de maio da assinatura da Lei Áurea, ecoava a compreensão de que “Treze de maio traição/ liberdade sem asas/fome sem pão”, como havia sido sintetizada no poema “Treze de maio”, do escritor negro e gaúcho Oliveira Silveira, expressava a virada dessa chave de reconhecimento da negritude. Já não havia espaço para a aceitação da representações do negro em papel desumanizado e de subalternidade, tanto nos livros de história quanto na arte.

Assim, é a partir dessa compreensão pela necessidade de tomar o seu lugar de direito e de fazer uma leitura racializada do mundo, recusando os estereótipos e a baixa representação, que os movimentos negros passam a reivindicar a valorização da arte e da cultura feita por negros e para negros. Enquanto que a arte, mas em especial a literatura, escrita por brancos naquele período vivia uma certa ressaca da década de 1960 e do fim das ilusões de transformações radicais, questionando as grandes narrativas e o próprio uso da linguagem, como podemos perceber na geração “poetas



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>
V. 17, n.1 – 2020
Dossiê Literatura, Raça e Etnia

marginais”, a literatura negra era cada vez mais engajada no combate ao racismo. O uso da arte como ferramenta de denúncia da desigualdade e da discriminação racial era uma constante entre os escritores que participaram ativamente da organização de movimentos negros daquele momento, e era uma ferramenta para reencontrar-se em sua negritude e criar um engajamento por parte do público negro. Um dos questionamentos sobre a etnicidade da autoria é a entrevista dada pelos idealizadores do *Evolução*, grupo teatral negro criado também naquele período - uma espécie de sucessores do TEN -, em 1976:

Na maioria das manifestações da cultura branca encontramos a arte pela arte. A arte é um fim em si. No trabalho negro eu vejo a preocupação de tomar a arte como meio de informação. Por exemplo, no caso do Bumba Meu Boi. Ali há toda uma conotação racial: o boi é dividido e as melhores partes ficam para o patrão; o rabo, as patas, os chifres, ficam para o empregado, isto é, para o preto, o índio e o colono. Essa é uma manifestação do Maranhão onde há um grande contingente negro. Uma sobrevivência muito forte em nós é a da tradição oral. Na África não havia uma cultura letrada. A história então é transmitida através dos contos, cantos e danças. Para o negro, o teatro, a música, a arte tem um significado diferente do que para o branco. A palavra para o negro tem o mesmo significado que o livro para a cultura ocidental, como meio de manter a tradição, de contar a luta do seu povo. (AFRO-LATINO-AMÉRICA, 1976, p. 13)

O salto organizativo político e cultural da negritude assumiu lugar na arte. No século XX, prolifera material literário, principalmente na poesia, com uma estética engajada com os dados materiais da desigualdade racial existente no Brasil e na denúncia das marcas profundas que o racismo imprimia nas subjetividades. Rechaçava-se o embranquecimento de expressões culturais negras e o folclorismo que tão fortemente marcou o campo literário na década de 1930, a exemplo do romance de Jorge Amado, e também a primazia da categoria do nacional, presente há muito tempo na literatura produzida em solo brasileiro. O empreendimento literário *Cadernos Negros*, em 1976, é realizado para dar visibilidade a essa problemática, publicando literatura de autoria negra e buscando um público leitor também negro. Mais importante do que as categorias de “povo brasileiro”, a centralidade de pertencimento nesse grupo era identitária: o seu reconhecimento enquanto povo diaspórico, historicamente oprimido e explorado, de raízes ancestrais. É fundamental marcar que, se até 2014



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

apenas 2,5% dos romancistas negros eram publicados⁴, podemos supor que na década de 1970 esse percentual era muito menor. Nesse sentido, a iniciativa dos *Cadernos Negros* é um marco fundamental para a produção de literatura de autoria negra escrita na atualidade. Apesar de todas as diferenças formais e estéticas que pudessem aparecer entre os poetas negros, o grande mote da poesia publicada nos *Cadernos* era o da humanização desses sujeitos oprimidos e a denúncia da opressão. O prefácio da primeira edição, além de chamar a atenção para esses aspectos, também convocava os leitores ao engajamento político na causa:

Cadernos Negros marca passado decisivo para nossa valorização e resulta de nossa vigilância contra as ideias que nos confundem, nos enfraquecem e nos sufocam. As diferenças de estilo, concepções de literatura, forma, nada disso pode ser mais um muro erguido entre aqueles que encontraram na poesia um meio de expressão negra. Aqui se trata de legítima defesa dos valores do povo negro. A poesia como verdade, testemunha do nosso tempo. Neste 1978, 90 anos pós-abolição -- esse conto do vigário que nos prepararam -- brotaram novas iniciativas de conscientização, e Cadernos Negros surge como mais um sinal de África-consciência e ação para um mundo melhor; e, neste sentido, fazemos da negritude, aqui posta em poesia, parte da luta contra a exploração social em todos os níveis, na qual somos os mais atingidos (1978 apud GONZALEZ, 1982, p. 25-26)

As palavras “engajamento” e “militância”, que pareciam estar tão fora de moda e superadas pela geração mimeógrafo na década de 1970, não eram problemáticas para os escritores negros daquele momento; pelo contrário, eram uma necessidade. Se a vivência cotidiana dos sujeitos negros era marcada pela opressão, ao refletir sobre a própria condição de sujeito, a sua literatura imprimia, inevitavelmente, um conteúdo político. Os poetas tinham a consciência de que relação entre autoria condicionava a matéria narrativa e a representação do negro, não sendo apenas um mero detalhe. Por esse motivo, os seus poemas construíam uma relação direta entre o “eu-lírico” e a autoria do poema e, sem entrelinhas e sem rebuscamento da linguagem, os poetas faziam referências concretas aos múltiplos sentidos da sua opressão e expressavam o seu desejo de transformação dessa ordem racista. No poema *Impressão*, publicado primeiramente na primeira edição dos *Cadernos Negros*, em 1978, Cuti constrói, a partir de uma série de imagens, esse procedimento:

⁴ Esse dado foi apurado pelo Grupo de Estudos em Literatura Contemporânea, coordenado por Regina Dalcastagnè, da Universidade de Brasília (UnB). Este trabalho pode ser acessado na íntegra em <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9077>.



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>
V. 17, n.1 – 2020
Dossiê Literatura, Raça e Etnia

Parece que estenderam a minha pele em tiras
e fizeram as estradas e se cobriram as ruas
Parece que meus dentes é que encerram o verdadeiro sentido da paz.
E que meus nervos esticados e enterrados sob a terra
carregam a eletricidade das bobinas do meu coração...
Parece que às seis da tarde os sinos e as sirenes
têm um pouco do meu grito
E que a noite traz uma rede de sonhos
Para pescar esperanças que me fazem cafuné (CUTI, 1982, p. 32)

Outra das principais diferenças estéticas em relação à poesia negra escrita pelos poetas do *Cadernos* em relação à geração dos “marginais” era que, para este segundo grupo, houve uma consolidação do binômio arte/vida e a valorização do presente, do *aqui* e do *agora* (HOLLANDA, 1980, p. 100), enquanto para a autoria negra o presente era o ponto de partida para recorrer outros tempos históricos. Nesses marcos, a “poesia marginal” desvencilhava-se de qualquer tipo de reivindicação ou “demanda programática”, militante, voltando-se para o cotidiano, para o coloquial e a absolutização do discurso, rechaçando tanto o experimentalismo vanguardista quanto o tipo de literatura engajada por alguma causa. Em sentido oposto, a poesia de autoria negra, os temas do passado, como a escravidão e a valorização da ancestralidade africana, bem como o futuro de luta e emancipação, eram os tempos mais recorrentes. O poema *Ida ao Mar*, de Cuti, um dos grandes idealizadores do *Cadernos*, é um exemplo da presença desses tempos: “Eu vou ao mar ver a noite/ de olhos marejados de sóis/ e que soluça há quatrocentos anos [...] / Eu vou ao mar ler nas conchas secretas/ o futuro da minha gente/ porque nelas a paciência escreveu/ a verdade da nossa luta/ e a perseverança que é preciso ter” (CUTI, 1982, p. 23). Nesses poemas, “África não estava no passado ou num lugar abstrato, o continente africano em trânsito pela realidade negra e brasileira é marcado pelos militantes negros e pelo acontecimento histórico, fora do qual as noções de negrura, África e identidade não podem ser percebidas” (ANTÔNIO, 2005, p. 37)

Não só a literatura, mas em todos os âmbitos do conhecimento, imperava a necessidade de reconstrução do mundo a partir de uma ótica racializada. Era preciso reescrever o passado para esperar o futuro, e, necessariamente, esse futuro para a população negra só seria possível através de muita luta. Era preciso recuperar a



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

oralidade, as imagens das travessias transatlântica, os ritos e a espiritualidade das religiões afros, as resistências do quilombo, o reconhecimento dos narizes, dos cabelos e tudo mais que imprimia nos seus corpos a sua negritude para romper com a lógica do racismo. Esse reconhecimento era uma mão dupla: se o sistema racial foi criado a partir de um conjunto de ideias de diferença com a finalidade de dominar, é a afirmação dessas diferenças de forma positivada que continha a possibilidade de libertação. Essa afirmação, aliada a uma perspectiva politicamente engajada, foi fundamental para a geração de escritores negros que hoje é produz literatura e têm a consciência da sua ancestralidade e do seu passado recente.

Os escritos do *Cadernos Negros* são muito poucos estudados e analisados pela crítica em relação aos seus pares brancos que produziam literatura na mesma década e isso, infelizmente, contribuiu para a compreensão de aquele momento era um todo monolítico, sem nenhum tipo de luta política e epistêmica. Se, por um lado, temos uma literatura de desbunde com fortes tendências de despolitização e produzida em sua imensa maioria por escritores de autoria branca, por outro lado temos também exemplos de poetas que ressignificaram lutas sociais, colocando no centro dos seus escritos a denúncia da opressão racial existente no Brasil. Se nos poetas da geração Torquato, Cacaso e Chico Alvim, “a linguagem egóica e asfíxiada traduzia a crise do princípio social da individuação” (VIEIRA, 2014, p. 164) e representava a “impossibilidade de atar fios da história”, a autoria negra na literatura expressava o seu contrário: a subjetividade do autor ligava-se com a coletividade da sua identidade de pertencimento e “atar os fios da história” era a única forma de reconhecer-se e libertar-se. Os poetas daquele tempo atuavam como os *griots* africanos, ou seja, guardiões da história do passado dos seus ancestrais e oráculos do futuro do seu povo. Para eles, era imperioso narrar, a partir das suas subjetividades, o sofrimento do seu povo para poder sonhar com o futuro.

Percebe-se que não apenas os poetas negros daquela geração, mas também os escritores negros da contemporaneidade, têm em comum a experiência empírica da discriminação racial da qual é possível desvencilhar-se e não imprimir em suas formas estéticas. Se hoje as diversas formas de *escrevivências* em Conceição Evaristo, Cidinha



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>
V. 17, n.1 – 2020
Dossiê Literatura, Raça e Etnia

da Silva e Miriam Alves chamam a atenção de um público mais amplo é porque, naquele momento, o silêncio a respeito da condição negra era explicitamente rompido: era imperioso denunciar as formas sistemáticas de racismo institucional e as experiências de embranquecimento e assimilação a que foi sujeitado o povo negro. Se para os “poetas marginais” existia uma confusão sobre o seu papel e um desencanto com uma atuação política para o futuro, para os poetas do *Cadernos* existia compreensão da sua posição e a necessidade de atuar para a construção de um horizonte sem subjugo e marginalização. Para isso, era preciso produzir uma literatura que contemplasse essa necessidade:

A formação de um horizonte recepional afrodescendente como fator de intencionalidade próprio a essa literatura distingue-a do projeto que norteia a literatura brasileira em geral. A constituição desse público específico, marcado pela diferença cultural e pelo anseio de afirmação identitária, compõe a faceta algo utópica do projeto literário afro-brasileiro, sobretudo a partir de Solano Trindade, Oliveira Silveira e dos autores contemporâneos. Este impulso à ação e ao gesto político leva à criação de outros espaços mediadores entre texto e receptor: os saraus literários na periferia, os lançamentos festivos, a encenação teatral, as rodas de poesia e *rap*, as manifestações políticas alusivas ao 13 de maio ou ao 20 de novembro, entre outros. No caso, o sujeito que escreve o faz não apenas com vistas a atingir um determinado segmento da população, mas o faz também a partir de uma compreensão do papel do escritor como porta-voz da comunidade. Isto explica a reversão de valores e o combate aos estereótipos, procedimentos que enfatizam o papel social da literatura na construção da auto-estima. Acrescente-se o fato de que títulos como *Axé*, *Cadernos Negros* ou *Quilombo de palavras* explicitam de imediato um público-alvo a cujas expectativas o escritor espera atender. (DUARTE, 2008, p. 12)

As pequenas transformações no regime militar brasileiro em articulação com os debates sobre a questão racial no mundo inteiro promoveram transformações profundas em relação ao debate racial existente no Brasil. A reconstrução dos movimentos negros alinhados a uma perspectiva de raça associada à categoria de classe e empenhadas em desmistificar a lógica discursiva do regime de democracia racial, bem como das fetichização dos corpos negros e os sucessivos intentos de cooptação das formas culturais próprias da negritude, acaba por ecoar até os dias de hoje não só na literatura, mas em diversos tipos de movimentos políticos e sociais. A década de 1970 foi uma década intensa para o mundo, mas em especial para esse Brasil negro que pode se reorganizar e em torno das suas questões. Como que relata Joel Rufino dos Santos:



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>
V. 17, n.1 – 2020
Dossiê Literatura, Raça e Etnia

Foi assim que, ao sair da prisão, em meados de 1974, me surpreendi com um verdadeiro movimento de massas, os movimentos negros. Cabeludões, sapatudos, túnicas, se comunicando em um novo vocabulário, atrevidos, encenqueiros, imitando Shaft, soul, dançando reggae, pareciam ter ocupado a cidade que eu conhecera. Não eram também classe operária, mas filhos de operários, encurralados em guetos da Grande São Paulo, da Baixada Fluminense, em São Luís, Salvador, Recife... Sem continuada instrução formal sabiam, no entanto de Samora Machel, Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Jommo Kenniata, N’Krumma e do maior de todos, Nelson Mandela, Carmichel, Angela Davis e militantes da descolonização externa e interna dos povos negros. (BRASIL, 2014)

O “vazio cultural” a que muitos críticos se referem quando tratam da década de 1970 é, na verdade, uma ausência de formas culturais e artísticas engajadas na ilusão de representar um “povo brasileiro” ou estabelecer e descrever uma pretensa identidade nacional. A autoria negra daquele tempo estava preocupada em um projeto mais amplo: o fim da dominação dos seus povos a nível mundial. A literatura era, portanto, porta-voz desse projeto.

É preciso primeiro reconhecer a existência de “dois Brasis” separados racialmente e que em tudo se diferem na forma de representação literária, formas de publicação e alcance do público leitor. Exemplo disso é que, na década de 1980, os autores da “geração mimeógrafo” tiveram um trampolim para publicar os seus escritos antes “marginais”, realizados a partir de um processo artesanal de tiragem de uns 500 exemplares, para alcançar um público de 10 ou 15 mil quando publicados pela Editora Brasiliense (cf. SUSSEKIND, 1985, p. 70-71). Esses autores, pertencentes ao Brasil branco, tiveram a oportunidade de sair do seu lugar “marginal” no mercado editorial, impondo as suas características formais como um novo paradigma literário, enquanto a literatura de autoria negra segue sendo alimentada a partir de um circuito independente de publicação, com pouquíssimas exceções.

Se para parte desse país a tortura como arma política terminou com a redemocratização em 1988, na parte negra desse todo ela segue sendo é mais um dos mecanismos sistêmicos de aniquilação. Para a maior parte da população brasileira, os Manifestos do MNU, os poemas dos *Cadernos Negros*, os debates da imprensa negra e a expressão dos “baile black” - hoje talvez na versão contemporânea de “bailes funk” - não perderam a sua atualidade. Mesmo que as políticas de ações afirmativas e a redistribuição de renda aplicadas nos últimos anos tenham produzido muitos avanços, a



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>

V. 17, n.1 – 2020

Dossiê Literatura, Raça e Etnia

população negra segue sendo a mais mal remunerada, estando a maioria entre os mais desempregados e entre as vítimas da violência que mais morrem. Como já perguntou uma vez Marielle Franco, “quantos mais tem que morrer pra essa guerra acabar?”. Nesse sentido, é impossível dissociar os processos históricos e sociais de opressão e aniquilamento a qual foi submetido o povo negro de sua representação literária.

Essa dissociação é ainda mais impossível quando tratamos de um período de tanta efervescência cultural e de redescobrimto cultural como foi a década de 1970 para a negritude em todas as partes do mundo. A sua luta por reconhecimento e autoafirmação é, até hoje, uma luta política, mas também uma luta pelo direito à vida e o direito de ser. A busca pelo reconhecimento é motor da atuação política da negritude, transcende nacionalidades, é transatlântica e imperiosa. Quando Oliveira Silveira escreve em seu poema *Encontrei minhas origens* os versos “encontrei minhas origens/ na cor da minha pele/ nos lanhos de minha alma/ em mim/ em minha gente escura/ em meus heróis altivos/ encontrei/ encontrei-as enfim/ me encontrei”, ele se refere à importância de reconhecer-se no seu povo. Povo esse que não é apenas “brasileiro”, é principalmente negro. Esse é um dos grandes legados da geração de militância negra da década de 1970.

De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), a oposição ao golpe e a repressão violenta do do Estado não se limitou apenas a “um setor da classe média urbana de maioria étnica branca”, mas nela também “figuram nomes de militantes de origem negra. Afora isso, por serem maioria entre os mais pobres, os negros eram os maiores atingidos pelas políticas autoritárias do período.” (BRASIL, 2014). Nesse sentido, é urgente reconstruir as nuances daquele período e lidar com as contradições presentes naquele contexto e “ajustar la mirada” para analisar os desdobramentos estéticos na literatura de autoria negra produzida na década de 1970. Para a negritude, a aniquilação epistêmica e física era a regra, não era sintoma de um período de exceção. Com o regime autoritário ou em época de Estado Democrático de Direito, o seu apagamento e a sua condição pouco mudou. Sendo assim, é preciso reconhecer que a sua atuação política e ímpeto de denúncia não é um demérito da sua literatura, mas a sua potência.



Por fim, é preciso compreender a história do mundo, mas principalmente a da literatura, através de uma ótica racializada. Os estudos de literatura brasileira historicamente debruçaram-se somente sobre a análise do cânone de autoria branca, operando em uma lógica racista e excludente, mesmo que não tenha tido a intenção deliberada. Como é possível que, no país que mais recebeu negros escravizados, as noções de “povo brasileiro” ou de “nacionalidade”, duas categorias fundamentais para a história da literatura brasileira, excluam a maior parte da produção feita por essa mesma população? É preciso romper essa lógica não apenas por uma dívida histórica da intelectualidade branca com a negritude, mas também porque esse *modus operandi* dá acesso a uma história da literatura parcial, hegemônica, excludente.

Referências

AFRO-LATINO-AMÉRICA. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. 105 p. (fac-simile). Disponível em https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/versus_afro_latino_america_2015.pdf. Acesso em 15 de março de 2020.

ANTÔNIO, Carlindo Fausto. *Cadernos Negros: esboço e análise*. Dissertação. 2005. 262fs. Tese. Doutorado (Literatura Geral e Comparada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Tomo I, Parte II. Disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap1.html> Acesso em 17 de dezembro de 2019.

CUTI. *Batuque de tocaia*. Edição do autor: São Paulo, 1982.

DOMINGUES, Petrônio. “Movimento Negro brasileiro. Alguns apontamentos históricos”. *Tempo* 12/23, UFF/Niterói, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007. Acesso em 15 de março de 2019.

DUARTE, Eduardo de Assis. “Olorum Ekê/ Eu sou o poeta do povo”: poemas antirracistas e mais motivos para ler Solano Trindade em 2019. In: *Pernambuco: Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado*, nº 154, p. 13-15, dezembro de 2018.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 31, p. 11-23, jan/jun 2008.

DUARTE, Eduardo de Assis. O negro na literatura brasileira. *Revista Navegações*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 146 - 153, jul/dez 2013.



Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa
PPG-LET UFRGS ISSN 1981-4526

<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria>
V. 17, n.1 – 2020
Dossiê Literatura, Raça e Etnia

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: HASELBERG, Carlos; GONZALEZ, Lélia. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982. p. 9-43.

KÖSSLING, Karin. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. Dissertação (Mestrado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01112007-142119/pt-br.php>. Acesso em 15 de março de 2020.

SANTOS, Joel Rufino dos. *História Nova do Brasil*. Abolição; República; Florianismo. São Paulo: Brasiliense, 1964.

SKIDMORE, Thomas. *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOMMERS, Dóris. Liberdades literárias: a autoridade de autores afrodescendentes. In: FUENTE, Alejandro de la; ANDREWS, George Reid (orgs.). *Estudos afro-latino-americanos: uma introdução*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2018. p. 375 - 409.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. As ciladas do trauma: considerações sobre história e poesia nos anos 1970. In: TELLES, Edson & SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura?* São Paulo: Boitempo, 2014.